



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES:

1. o candidato está recebendo um caderno de prova, que constará de uma sentença cível e duas questões, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova, com o nº de inscrição, Estado, nome e assinatura. Após a identificação na capa da prova, o local indicado será lacrado pelo fiscal;
2. a prova possui 03 (três) folhas numeradas, devendo ser conferida pelo candidato antes de seu início;
3. nesta prova o candidato poderá consultar legislação, desde que desacompanhada de qualquer comentário, jurisprudência ou súmulas;
4. na redação da prova o candidato usará caneta de tinta indelével ou máquina de escrever própria. A redação deverá ser feita de forma legível;
5. a prova terá duração de 05 (cinco) horas, improrrogáveis;
6. todas as folhas utilizadas pelo candidato deverão ser devolvidas, inclusive aquelas usadas como rascunho.



X CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO

1ª PROVA ESCRITA

1ª QUESTÃO: Prolatar sentença cível, considerando o texto anexo como relatório, devendo elaborar somente os fundamentos e o dispositivo da sentença.

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em litisconsórcio com o Ministério Público Estadual, no foro federal de Florianópolis, Santa Catarina, contra a União e contra o Instituto Nacional do Seguro Social, pedindo a revisão da renda mensal inicial de todos os benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência da Constituição Federal de 1988, mediante a correção dos 24 primeiros salários-de-contribuição integrantes do período básico de cálculo pelos índices das ORTNs, OTNs e BTNs, bem como a declaração de nulidade de todos os procedimentos de revisão de benefícios rurais que, instaurados com base no art. 5º da Lei nº 9.032/95, resultaram cancelados, e, ainda, a condenação genérica dos réus ao pagamento de indenização em favor de todos os portadores do HIV por transfusão de sangue na rede de saúde pública.

Nos dizeres da peça vestibular, a renda mensal inicial dos referidos benefícios foi fixada pela Administração Previdenciária com base em índices que não garantem a sua correta atualização, implicando redução real dos valores devidos, pelo menos a partir da Lei nº 6.423/77; o cancelamento dos benefícios ofendeu os princípios da publicidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, vulnerando situações jurídicas já consolidadas, pois a Autarquia limitou-se a entrevistar reservadamente os segurados, sem lhes oferecer nenhuma oportunidade concreta de defesa; e o Estado tem a obrigação constitucional de assegurar a saúde da população hipossuficiente, devendo responder objetivamente pela falhas do sistema.

Regularmente citados, os réus ofereceram resposta, argüindo, preliminarmente, a incompetência do Juízo, a ilegitimidade dos autores, a inviabilidade do litisconsórcio passivo e a impossibilidade jurídica dos pedidos, pois todos eles dizem respeito a direitos individuais homogêneos plenamente



disponíveis, além de que não encontram correspondência no direito positivo. No mérito, pediram a improcedência da ação, defendendo a correção dos índices utilizados, a regularidade dos cancelamentos e a inexistência de responsabilidade pela contaminação dos pacientes submetidos a transfusões de sangue.

Invocando o caráter alimentar dos pedidos, a penúria dos segurados da Previdência Social e a situação dramática das vítimas da AIDS, os autores requereram a antecipação da tutela.

Sem provas a serem produzidas em audiência, deixei as preliminares e o pedido de antecipação para decidir juntamente com o mérito e determinei que os autos me fossem conclusos para sentença.

É o relatório.

Observações:

1. Art. 5º da Lei nº 9.032/95:

“O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciará a partir de 60 (sessenta) dias e concluirá no prazo de até dois anos, a contar da data da publicação desta lei, programa de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios da Previdência Social, concedidos com base em tempo de exercício de atividade rural a partir da data de vigência da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de fazer diligências e apurar fraudes, irregularidades e falhas existentes.”

2. A Lei nº 6.423/67 estabeleceu base para a correção monetária.



2ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

Discorra a respeito da responsabilidade civil, com ênfase sobre os seguintes aspectos: a) conceito e elementos; dolo e culpa; b) teoria subjetiva da responsabilidade civil; presunções de culpa *juris tantum e juris et de jure*; crítica a esta teoria; c) teoria do risco e da responsabilidade objetiva e seus elementos; casos de responsabilidade sem culpa no Código Civil Brasileiro.

3ª QUESTÃO (resposta em aproximadamente 30 linhas):

BRASILIANA DE TAL, solteira, iniciou sua vida profissional trabalhando como faxineira, empregada de um supermercado, de abril de 1986 a janeiro de 1993. Após, esteve desempregada até janeiro de 1996. Nesse ano de 1996, mais precisamente no mês de fevereiro, obteve novo emprego como faxineira de um condomínio. Trabalhou neste emprego por oito meses, até setembro, quando foi despedida. Transcorrido dois meses da despedida, sentindo-se doente por problemas respiratórios, requereu ao INSS o benefício de auxílio-doença, que foi indeferido por dois fundamentos: a) por falta de carência; b) porque, conforme a perícia médica realizada pela autarquia, a doença não a impedia de exercer outras atividades profissionais, desde que mais leves, que não exigissem esforço físico.

Brasiliiana não conseguiu mais trabalho, vindo a falecer oito meses depois do desligamento do emprego, sendo a causa do óbito o enfisema pulmonar.

O pai de Brasiliana, viúvo, desempregado, requereu administrativamente ao INSS a pensão por morte da filha, benefício que foi indeferido sob os seguintes fundamentos: a) a “de cujus” não era mais segurada da Previdência Social quando faleceu, pois estava desempregada; b) era indispensável prova de que o requerente dependia economicamente da filha, o que no caso não havia; c) o requerente já percebia um benefício de pensão pela morte da esposa, sendo incabível o deferimento de outra pensão.

Aprecie o indeferimento dos dois benefícios independentemente um do outro, posicionando-se quanto ao seu acerto ou não, considerando cada um dos respectivos fundamentos expostos à luz da legislação aplicável.